Plugin de acessibilidade para sites Governamentais

João Victor Pereira dos Anjos Jan 2025

Sumário

1	Resumo	1
2	Introdução	1

1 Resumo

This is the first section.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing elit. Etiam lobortisfacilisis sem. Nullam nec mi et neque pharetra sollicitudin. Praesent imperdietmi nec ante. Donec ullamcorper, felis non sodales..

2 Introdução

A palavra acessibilidade, sua origem etimológica é derivada do latim *accessiblitas* e significa "condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2025).

No Brasil, a acessibilidade é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015) e por normas técnicas específicas, como a NBR 9050/2015 da Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015). Essas legislações estabelecem parâmetros para a promoção da acessibilidade em espaços públicos e privados, visando a inclusão de pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e múltipla.

No âmbito digital a acessibilidade web é um pilar fundamental para a inclusão, garantindo que todos os usuários, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas, possam acessar, compreender e interagir com conteúdo online. (W3C, 2024).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como uma instituição pública, gerência uma grande quantidade de sites e portais, que são regularmente atualizados por diversas pessoas, como professores, pesquisadores, bolsistas e servidores, da qual chamamos de conteudistas. A diversidade de conteúdos e responsáveis torna o processo de garantia de acessibilidade primordial para atender a legislação e promover a inclusão digital.

O problema central reside na complexidade de auditorias manuais, que consomem tempo e recursos, e principalmente na falta de ferramentas centralizadas dentro da UFJF para aplicar o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (BRASILEIRO, 2021), conhecido como eMag, e as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (W3C, 2024), conhecidas como WCAG, visto que esse documentos estabelecem parâmetros técnicos para essa inclusão.

Em uma análise preliminar avaliando a presença de elementos de acessibilidade nos sites da UFJF, foi identificado que boa parte apresentavam falhas de acessibilidade, como imagens sem texto alternativo e baixo contraste de cores, limitando o acesso de usuários com deficiência visual. Além disso, a falta de padronização e de um processo de auditoria contínuo dificulta a identificação e correção dessas falhas, comprometendo a qualidade e a usabilidade dos sites.

Neste cenário, este artigo propõe uma solução técnica inovadora para o contexto da UFJF, baseada em um plugin WordPress de acessibilidade que integra tecnologias modernas de automação, análise técnica e processamento de dados. O sistema opera como um serviço independente, com suporte a regras WCAG 2.1/2.2 e eMAG, e é compatível com a API REST do Word-Press, permitindo avaliações em tempo real e personalização de regras de acessibilidade.

A ferramenta não apenas otimiza processos técnicos, mas democratiza a fiscalização de acessibilidade, empoderando conteudistas não especialistas com dados claros e acionáveis. Este trabalho visa, portanto, contribuir para

o debate sobre automação e inclusão digital, sugerindo um modelo replicável para instituições públicas e privadas que buscam alinhar-se às exigências legais e éticas da acessibilidade web, dentro do escopo do eMag, WCAG 2.1/2.2 e o contexto de cada organização.

Referências

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em:

ihttps://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf;

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2015. Disponível em:

jhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htmj. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASILEIRO, Governo Federal. eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. [S.l.], 2021. Disponível em: jhttps://emag.governoeletronico.gov.br/j.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Glossário de Acessibilidade. Disponível em: ¡https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html¿. Acesso em: 13 fev. 2025.

CARVALHO, Vinícios; CAGNIN, Maria; PAIVA, Débora. Avaliação de Acessibilidade de Web Sites de Governos Estaduais do Brasil. In: ANAIS do XIII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação. Lavras: SBC, 2017. P. 116–123. DOI: 10.5753/sbsi.2017.6033. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/sbsi/article/view/6033;.

IETF. JSON Web Token (JWT). [S.l.], 2015. Disponível em: jhttps://tools.ietf.org/html/rfc7519;.

LLC, Google. **Puppeteer**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: jhttps://pptr.dev/j.

SYSTEMS, Deque. **axe-core**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: jhttps://github.com/dequelabs/axe-core.

W3C. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2. [S.l.], 2024. Disponível em: jhttps://www.w3.org/TR/WCAG22/¿.